

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se por meio de plataforma digital, os membros do Conselho Municipal de Educação de São José dos Pinhais: Afonso Rendak, Angela Pereira Branco, Ana Lucia Rodrigues, Anderson Dias do Rosário, Domingas de Fátima Cardoso Amaral, Fábio Braun, Henrique Erick Wiens, Isabel Crisitina Zarpelon Trevizan, Izala Sidinéia Ramos Pampuch, Juliana Grebe Rosa Ferraz, Leila Gonçalves de Carvalho, Luiz Carlos Costa da Silva, Maria Madalena de Carvalho Hitner, Miliana de Cássia Soares, Mônica Taís Neves da Silva, Queila Cristina Indalêncio Batista Martins, Raquel Santana, Rodrigo Cardozo Gomes, Stela Regina G. Wontroba, Tatiane Fátima Kuzma e a convidada Fabíola Perdigão Flor, tendo como pauta: 1- Faltas justificadas/injustificadas; 1.1- Aprovação das Atas; 2- Resultado das eleições para Conselheiros; 3- Reposição de Unidades de Ensino; 4- Conferência Municipal de Educação; 5- Horário das Unidades de Ensino; 6- Questionamentos da Conselheira Mônica; 7- Calendário 2023 do CME; 8- Correspondências recebidas e expedidas.

A 10ª Reunião Ordinária do Pleno de 2022 dá-se início com a Presidente do Conselho Municipal de Educação de São José dos Pinhais, Ana Lucia Rodrigues comentando o primeiro item da pauta, sendo ele “Faltas justificadas/injustificadas”. Os (as) Conselheiros(as) que justificaram suas ausências foram: Clicie Maria Cancelier Negoseki, Dhébora Cristina da Silva, José Roberto Eduardo, Marilza Aparecida Pereira Teixeira, Fátima batistão Machado e Marilette Kuhnen. A Presidente começa a aprovação da ata do dia 03/11/22 perguntando se alguém tem alguma consideração, o Conselheiro Luiz diz que colocou sobre a denúncia que teve sobre a escola e que ele não recebeu na requisição de vagas, e como ficou registrado na ata do dia 03, ele só pede para pontuar sobre isso final. A Conselheira Mônica diz que já entrou em contato com o Castanho e o mesmo vai entrar em contato com o Luiz para fazer a formalização da denúncia. O Conselheiro Luiz diz que na ata ficou decidido que iria formalizar para o Conselho, pois foi uma denúncia feita dentro do Conselho. A Presidente Ana Lucia afirma que é para o Conselho. A conselheira Mônica diz que o Castanho que tem as maiores informações e que ela não pode falar por coisas que ela não tem as informações, então ele que vai entrar em contato e dar as informações. A Presidente então pergunta se pode aprovar a ata do dia 03/11/22 e explica que de qualquer forma ficou para que seja formalizada a denúncia conforme a Mônica está colocando, na sequência a ata do dia 03/11/22 é aprovada. A Presidente Ana Lucia Rodrigues segue para a aprovação da ata do dia 24/11/22 que foi a reunião Extraordinária e pede para o Luiz ir colocando qual é o assunto, para não misturar, então pergunta para a Juraci se ela é do Conselho, Juraci se apresenta e diz que está representando o Conselheiro Robson. A Presidente Ana Lucia explica que o Robson não deu nenhuma justificativa sobre as ausências dele e que a Juraci poderia participar como ouvinte e afirma que precisa das justificativas para formalizar, pois pela quantidade de faltas ele já não é mais conselheiro. Juraci diz que Robson está afastado por motivo de doença e que o atestado dele vai até o dia 07/02/23, mas que irá avisá-lo para entrar em contato. A Presidente Ana Lucia afirma que a ata do dia 24/11/22 está aprovada. A Presidente então faz a chamada dos conselheiros presentes: “Ana Lucia, Carolline não entrou ainda, Miliana e Luiz estão presentes, Clicie e Marilette justificaram as ausências, Raquel está presente, Marinês não justificou, Izala, Angela e Madalena estão presentes, Tatiane ainda não entrou, está com problema no trânsito e justificou no grupo, Anderson presente, José Eduardo

Justificou, Juliana e Domingas de Fátima estão presente, Dheborá não entrou e não justificou, Queila está presente, Marilza justificou a ausência, Mônica está presente, Elaine não entrou na reunião, mas entrou em contato comigo dizendo que ela vai se afastar do Conselho e já comunicou ao sindicato, Stela está presente, seu Henrique não, A Isabel está presente, a Sônia não, o Cleverton e o Eliel não estão presentes, o Fábio entrou, a Leila ainda não, Lilian não está presente, o Sr. Afonso também não, do FUNDEB o Rodrigo está presente, a Louise não, O Robson e a Fátima não estão presentes e a Carmen também não está presente, Aldren e Jeferson também não.” A conselheira Raquel faz uma observação dizendo que a Marinês enviou a justificativa por e-mail. A Presidente Ana Lucia diz que não recebeu nenhuma justificativa, a não ser que ela tenha enviado hoje e reforça que a justificativa precisa enviar com 24 horas de antecedência. A Presidente então dá continuidade para o item 2 da Pauta - O resultado das eleições para Conselheiros, foi realizado na sexta-feira (9) as eleições, a professora Fabíola da Escola Madre Paulina ganhou as eleições, a professora Louise ficou em segundo lugar e a Jéssica Merieli que é do Narciso, ficou em terceiro lugar, esse foi o resultado que saiu no edital, a professora Fabíola já foi convidada para participar da reunião e está presente, ela é suplente da Juliana na representação de professores, vamos aguardar a nomeação e vamos ter algumas trocas de Conselheiros no final do ano, então as nomeações devem ser encaminhadas até o último dia do nosso encerramento, a Presidente informa a Conselheira Fabíola que assim que sair a nomeação ela irá entrar no grupo do What's e nesse momento ela é uma convidada a participar como ouvinte das reuniões. A Conselheira Fabíola agradece o convite para participar como ouvinte. A Presidente Ana Lucia informa que se ela quisesse falar algo, sem problemas. Na Sequência informa à Conselheira Mônica que quem irá falar primeiro é o Luiz, pois foi combinada uma ordem de fala em relação à comissão. O Conselheiro Luiz parabeniza a Conselheira Fabíola e as demais que se candidataram: Louise Alves Schirmer e a Jéssica Meriele de Souza, por terem colocado seus nomes a disposição. Então traz uma fala enquanto comissão de eleição que foi uma satisfação ter trabalhado no dia da eleição, e pede para deixar registrado sobre o resultado da eleição a Justificativa da Ângela que não esteve presente por conta do trabalho e foi justificado com antecedência conforme o edital. Complementa para todos os colegas que a Comissão cumpriu a risca o que estava dito no edital, que foi previamente disposto no Diário Oficial onde estavam divulgados todos os atos do pleito, culminando no resultado da eleição, Luiz afirma que se sentiu triste por conta da situação que aconteceu de discussões desnecessárias e que também houve uma situação vexatória para a comissão, foi necessário intervir, no sentido de solicitar ordem dentro do local de votação, porque houve discussões muito fervorosas e isso estava atrapalhando quem estava chegando para votar, e pede para deixar registrado que é preciso respeitar todos os trabalhos que são realizados pelo Conselho, pois a situação foi bem complicada, a comissão teve que intervir para solicitar ordem e a votação continuasse, o Conselheiro Luiz também abre a palavra para a Izala, Miliana e a Mônica que estavam lá, caso queiram se colocar. A Conselheira Mônica pede a palavra e esclarece que só havia levantado a mão e não colocou que queria falar antes do Luiz, e que não era necessário a Ana ter justificado a ela que iria falar depois do Luiz, pois ela entende a ordem e que era quinta série, não precisava justificar. A Conselheira Mônica diz que só queria questionar, pois não entendeu as substituições e pede para depois a Presidente Ana Lucia explicar como irão funcionar as substituições e também questiona qual a participação dela enquanto Conselheira, pois

leu todo o regulamento e sabe que pode sugerir pautas no Conselho, assim como todos os outros colegas, pois o regulamento prevê esta autonomia. Mônica diz: “Eu tenho enviado mensagens para você e para o grupo e tenho ficado sem resposta dessas mensagens, eu sempre tenho sido solicitada para que o Sindicato envie ofícios”, Conselheiro Luiz interrompe a fala e diz a Mônica que ela terá um momento certo para falar e que agora estão falando sobre a comissão e pede para ela se colocar só sobre a comissão. Conselheira Mônica afirma que é sobre a eleição e pede para terminar de falar: “Eu sou uma dirigente sindical, faço parte da Direção do sindicato, eu tenho direito de levantar as pautas sem haver a necessidade do encaminhamento de ofício por parte do sindicato e está sendo solicitado que seja feito sempre, no plano emergencial foi feito isso, agora foi feito isso, foi feita uma votação de apenas uma hora em um dia de jogo e eu coloquei lá no grupo e poderia ter feito essa votação no momento em que eu coloquei lá, então a Ana só fez essa votação com os Conselheiros depois que veio o ofício, se tivesse sido feita essa votação com os Conselheiros antes, talvez tivesse tido tempo hábil para que os Conselheiros tivessem votado e ela falou lá 48 horas, talvez tivesse tido tempo hábil para que tivesse tido tempo hábil para o adiamento dessa votação e também eu fiz um questionamento sobre a lista de candidatas que foi o grande estopim para toda a discussão, e a pessoa que ficou indignada lá, ela queria saber em quem ela iria votar, ela chegou lá e não tinha a lista de quem ela iria votar, e eu tinha mandado este questionamento e também fiquei sem respostas, e isso me preocupa muito, impute na prática anti sindical, o sindicalista tem direito a resposta e eu não tenho tido essas respostas e eu quero saber, eu enquanto Conselheira, enquanto uma dirigente sindical, eu tenho ficado sem resposta, eu tenho direito a resposta, eu tenho direito de colocar as minhas pautas e eu não tenho colocado as minhas pautas apropriadamente, eu quero que isso fique registrado, eu quero respostas, eu tenho o direito de fala assim como todos os meus colegas participantes aqui, agradeço a fala.” A Conselheira Miliana pede a fala: “Bom dia a todos, falando um pouco sobre esse dia, eu acho que em 2023 a gente precisa de novas ações de divulgação sobre as questões do Conselho, foi algo que saiu no Diário, mas, além disso, não foi divulgado.” A Presidente Ana Lucia interrompe e diz que: “foi sim, todas as Unidades receberam 3 vezes e-mails para que fosse divulgado para as Escolas, nós temos aqui os e-mails comprovando isso.” A Vice Presidente Miliana retoma a fala e diz: “então a gente precisa fazer com que essa comunicação do Conselho seja mais efetiva, porque a gente teve uma baixa adesão nesse dia realmente, porque teve jogo, mas a gente precisa dar visibilidade a essas questões do Conselho para o Município e para além disso também, eu acho que tem alguns Conselheiros que concordam com isso, e as questões dos documentos também precisam ser enviados para a gente para análise antes da reunião, porque em cima da reunião a gente não consegue lê e fazer uma avaliação para poder debater no dia da reunião, mas pensando para 2023 a gente tem um caminho para melhorar.” O Conselheiro Luiz pede para reiterar a fala nesse momento sobre o resultado da eleição dos Conselheiros, algumas questões foram trazidas fora da pauta e reitera que foi um pleito livre de qualquer situação, seguiu todos os ordenamentos legais que existem, seguiu toda a divulgação necessária e existente, a lista de presença estava posta no local de votação, foi permitido que até as 16h existissem inscrições, então como poderia divulgar uma lista se ainda podia chegar alguém na hora e se candidatar, a comissão teria que aceitar a candidatura desde que estivesse tudo de acordo com o edital, e reitera a fala da Presidente sobre

os e-mails que foram enviados para todas as Unidades da rede, então se não houve uma comunicação dentro das Unidades, a comissão e até mesmo o Conselho não pode ser colocado em cheque as ações por conta de uma falha na comunicação dentro das unidades, Luiz entende que a comunicação legal entre o poder executivo ou o poder normativo é o Diário oficial, e-mail e What's App, não é um meio oficial para poder se comunicar, o que vale juridicamente é o que está na lei, e o que está no Diário oficial, Luiz pede para em 2023 possam melhorar, enquanto comissão, quando decidirmos alguma coisa possamos ser respeitados enquanto integrantes e servidores e para que não precise intervir chegando ao extremo de pedir para que se retirem das salas e que enquanto comissão precisa deixar registrado para que sejam respeitados os trabalhos que são feitos dentro do Conselho, as normativas, deliberações e todos os conselheiros, o Conselheiro Luiz diz que a palavra de ordem deve e precisa ser o respeito e também o entendimento de como as leis e normas funcionam, parabeniza novamente a Fabíola e todas as inscritas e faz uma "aspas" dizendo: "Mesmo com a impossibilidade como foi levantado, nós tivemos 3 inscritos, então enquanto comissão nós decidimos ali, falamos com um e com outro para manter o pleito mesmo depois do jogo em consideração a esses inscritos que já tiveram, porque não havia tempo hábil para poder dizer, olha, a gente vai cancelar simplesmente por conta do jogo, porque não houve 48 horas ai, até as pessoas se programarem, porque eu acredito Ana e demais Conselheiros, que as pessoas que haviam se inscrito já tinham se preparados, já estavam a postos para estarem presentes no pleito e contando com esse dia, então se não houve tempo hábil, não haveria o porquê da gente cancelar, enquanto comissão dizendo isso, nós mantemos a decisão de não cancelar justamente em consideração aos inscritos que tiveram, então com isso mais uma vez para finalizar, parabéns Fabíola, bem vinda, obrigado Ana, obrigado aos demais Conselheiros." A conselheira Juliana parabeniza a Fabíola e diz que não pôde estar presente no dia pois estava com Covid, mas que a informação chegou nas Escolas sim, pelo menos com as que eu tenho contato e com relação aos profissionais ela diz que no ano em que ela entrou houve 26 votos, então ela pede para que haja encaminhamentos, pois é final de ano e os professores estão fechando notas, médias, conselhos, é uma época bem tumultuada e aconteceu de ter o jogo neste dia e percebe que o erro não foi da comissão e nem do Conselho, foram fatos que acabaram agregando no mesmo dia e que o trabalho maior do Conselho para o próximo ano nas próximas eleições seja divulgar o trabalho que o professor faz no Conselho, pois eles estão tão assoberbados dentro das Escolas com outras coisas que acaba não percebendo a importância desse cargo, e deixa claro novamente que chegou sim nas Escola, mas infelizmente acabou caindo com outras coisas que aconteceram, como o jogo. A Presidente Ana Lucia afirma que foi encaminhado desde o primeiro edital que saiu, foi feito encaminhamento para as Unidades de Ensino e o sindicato também fez divulgações nas suas páginas para que as pessoas estivessem presentes, também afirma que: "a Mônica colocou no grupo, nós já tínhamos conversado, eu tinha conversado com o Luiz já na segunda feira, e depois a gente conversou com a comissão, inclusive com você Miliana, que você também foi favorável para que mantivesse na sexta feira, a única pessoa que colocou da comissão pela transferência foi a Mônica, tivemos 10 pessoas presentes, 11 com uma diretora que achou que podia votar, mas ela não estava na função de professora, então ela não pôde votar. Nós mantivemos até porque não teria tempo hábil, pois teria que ter 48 horas para deixar muito claro, para colocar em Diário Oficial precisa estar até meio dia, depois

desse horário, não tem como, não tinha possibilidade e para reunir a comissão também, um dia antes, também foi complicado, então o Luiz foi fazendo as perguntas e eu fiz à Miliana, ele conversou com a Izala e com a Ângela, e a gente manteve, não teria tempo hábil, até porque quando chegou o documento do sindicato e precisaria, porque a Mônica colocou que iria chegar um documento do sindicato pedindo a transferência, então nós aguardamos, eu já falei para a Samia que ela não precisa, mas claro, ela pode fazer o encaminhamento oficial lá na prefeitura, mas ela pode encaminhar isso diretamente para o e-mail do Conselho, de qualquer forma a gente manteve, houve o processo, tivemos 3 inscritas, a Jéssica se inscreveu depois, ela só colocou que tinha intenção mas não tinha enviado os documentos, isso foi enviado após as 13h, está lá no e-mail da comissão, aqui já estava fechado, a Secretaria já estava fechada, e poderia chegar outras pessoas, por isso que não saiu a lista de inscritos, se até as 16h as pessoas tinham direito á inscrição, a lista não poderia sair antes, isso estava claro, estava no edital, Estava na comissão que também está publicado lá na nossa página, isso é muito tranquilo. Em relação à questão de comunicação, eu coloco o seguinte: “Os documentos que são necessários e a gente está encaminhando para as Câmaras, eles estão indo sim, estão sendo analisados sim, a gente faz esse encaminhamento, mas o Conselho não é só a Presidente, então o secretário, ele vem aqui, mas eu preciso Miliana que você também venha, então se comunicação não está boa, nós três aqui enquanto equipe diretiva, precisamos melhorar, então é necessário que venha e compareça para que a gente faça essa troca, como eu fiz agora, eu solicitei para você a participação, como a Raquel fazia, então isso é bastante importante, se têm falhas, nós enquanto equipe diretiva precisamos melhorar, e acredito que a gente tem melhorado, nós tivemos um ano muito difícil, teve momentos em que eu estava sozinha, eu não tinha ninguém aqui, quando a Milene ficava doente, eu ficava praticamente sozinha, agora que nós temos, veio a Vanessa em outubro e agora veio a Valdinéia que chegou na semana passada, nós não temos por exemplo, vocês estão aí com as atas, nós conseguimos terminar, vamos ficar somente com essa ata do dia de hoje para aprovação e vai ser na próxima reunião do ano que vem, as de Câmaras, nós estamos organizando e vão ser apresentadas nas próximas Câmaras, então a gente já iniciou o que é um Conselho, então acusar, jogar para cima de uma pessoa só é muito difícil, e foi isso que aconteceu lá na reunião, nós fizemos uma aprovação no dia 03 de novembro, isto consta em ata de como funcionaria essa eleição, então chegar acusando que a Presidente é uma vergonha e tem feito vergonha dentro do Conselho, é muito grave, assim como a comissão, é disso que o Luiz falou e eu repito também, acusações pessoais não podem acontecer num momento em que se está trabalhando, porque nós somos servidores públicos e chegar tumultuando, ofendendo um servidor publico á serviço, é crime. Tudo o que nós temos feito é para fazer o melhor, quando eu coloquei a questão da ordem, Mônica, é porque tem uma ordem quando as pessoas falam, eu quis justificar para você que o Luiz primeiramente iria falar sobre o tema e depois você poderia falar sem nenhum problema, só pela ordem, não quis desrespeitar você em nenhum momento, não desrespeitei ninguém aqui, fui extremamente clara, é difícil já começar a falar e vim uma agressão em cima, a gente não está acostumado com isso no Conselho.” A Conselheira Mônica interrompe a fala e diz: “Não estou sendo agressiva, não tem nada agressivo aqui.” A Presidente Ana Lucia responde: “Quando você falou que eu não entendia e que não estávamos em uma 5º serie, é uma agressão.” A Conselheira Mônica diz: “ Você colocou que ele iria

falar primeiro, eu entendo perfeitamente, sou uma adulta, uma profissional, eu levantei minha mãozinha e fiquei esperando.” Presidente Ana Lucia responde: “ Em Nenhum momento eu quis te desrespeitar, só estava justificando, eu quis justificar para você porque ele iria falar, por respeito ao que você tinha levantado a mão.” Conselheira Mônica diz que também só queria justificar para você por respeito. A Presidente Ana Lucia dá continuidade para a próxima pauta, mas antes faz a colocação que para o Ensino Superior não houve candidatos, porque a eleição começou a partir das 17h e não tivemos candidatos para a eleição do Ensino Superior, diz ser preciso deliberar como fica a questão desse seguimento, pois estamos somente com a Carmen que é titular e estamos sem o suplente, nós mandamos vários e-mails para os pólos que nós temos aqui, então precisa estar representado e que esteja aqui em São José dos Pinhais, não podemos pegar uma instituição que não tenha pólo dentro do Município, iremos precisar de um tempo maior para essa divulgação e fazer como na primeira representação, além de mandar os e-mails, ligar para as instituições solicitando, neste momento a gente só conseguiu mandar os e-mails, mas precisamos fazer isso para o próximo ano, pois esse ano não já não há mais tempo hábil para fazer o edital, a convocação, vamos precisar de um tempo maior e provavelmente não consiga ser fevereiro, precisamos trabalhar todo o mês de fevereiro para sair o edital e em março a gente possa fazer a votação desse seguimento que está sem o suplente. A Presidente Ana Lucia então coloca a proposição de realizar essa eleição em março, pede para o Luiz colocar o tema para as pessoas votarem. A Conselheira Mônica pergunta se esse assunto é relacionado aquele questionamento que havia feito no início, sobre as substituições que não havia compreendido. A Presidente Ana Lucia responde que não ainda, mas que podia falar sobre isso, mas esse é sobre o Ensino Superior que não teve, e está em aberto a vaga de suplente, é para que a gente tenha um tempo hábil em fevereiro de fazer essa divulgação e poder fazer em março. A Vice Presidente Miliana lembra que não foi feita a aprovação da ata do dia 24 de novembro ainda, nem todos os Conselheiros votaram no chat. A Presidente Ana Lucia então pede para a Vice Presidente Miliana fazer a chamada e verificar quem não votou, a Vice Miliana, verifica os votos que faltam e a ata do dia 24/11 é aprovada. Segue-se então para a próxima votação, o Conselheiro Luiz coloca no chat: “Votação referente à nova data de eleição para o representante do superior no mês de março”, todos votam concordando que a eleição seja realizada no mês de março. A Presidente Ana Lucia responde a pergunta da Conselheira Mônica sobre como ocorre às substituições dos Conselheiros citando um exemplo: “Se for do governo por indicação, a gente precisa que a pessoa entregue a carta, por exemplo, a Elaine que se manifestou que é do sindicato, ela tem que encaminhar uma carta para o Conselho dizendo que ela vai sair, até colocou por motivos particulares, mas ela não encaminhou essa carta ainda, aí o Conselho encaminha um ofício para o sindicato pedindo a substituição desse novo membro, o sindicato faz uma assembléia e vai encaminhar esse novo membro, assim como foi feito com vocês duas, quando é, por exemplo, o Conselho tutelar, o Robson não fez nenhum encaminhamento para nós justificando as ausências, ele já extrapolou o número de faltas, e ele precisaria ser substituído, ela argumenta que ele tem atestado e que ele está afastado a muito tempo, então se ela não apresentar a gente vai ter que encaminhar também um ofício pra o Conselho tutelar dizendo que ele teve ausências e a gente precisa que eles façam, eles também terão que fazer uma eleição lá e fazer o encaminhamento com ata por essa substituição.” Conselheira Mônica pergunta: “Quais são os Conselheiros que estão nessa situação?” Presidente Ana Lucia

Rodrigues responde que só o Robson, Conselheiro tutelar e diz que é solicitado com 24h de antecedência, conforme está no regimento, mas em caso de urgência e que não conseguir avisar dentro do prazo, é colocado para o Conselho, então as substituições ou é indicado, ou vai passar por uma nova eleição, mas precisa que o Conselheiro comunique, além do seu segmento, o Conselho, para que a gente faça o encaminhamento fazendo essa solicitação. A presidente Ana Lucia passa para o próximo item da pauta que é sobre a reposição das unidades de Ensino, mas antes pergunta para a Vice Presidente Miliana, “todos concordaram para março?”, a Vice Presidente Miliana afirma que todos concordaram. A Presidente Ana Lucia então diz que a comissão terá que organizar e verificar uma ata para que seja colocado para o Conselho Municipal de Educação. A Presidente então segue para a pauta: reposição das Unidades de Ensino, dizendo que há duas situações enviadas pela SEMED, o Ofício 1731, e lê: “Comunicamos a esse Conselho que entre os dias 29 ao dia 02 de dezembro, houve dispensa das aulas no atendimento das salas de recursos multifuncionais em algumas Unidades de Ensino da região rural, conforme tabela abaixo, a dispensa foi necessária devido aos alagamentos nas estradas de acesso as Unidades de Ensino, devido às constantes chuvas, a reposição dessas datas será com atividades para a casa.” A Presidente Ana Lucia diz que consta na LDB, que nessas situações de calamidade, que foi o que aconteceu nessa situação das chuvas e alagamentos, as Unidades que ficaram sem a atividade presencial, foram as Escolas: Escola Municipal Rural Carlos Gomes de 29/11 a 01/12, manhã e tarde; Escola Rural Sagrado Coração de Maria, 29/11, dispensa à tarde, 30/11 a 01/12, manhã e tarde; Escola Municipal Rural São José, 29/11, dispensa à tarde, 30/11 a 01/12, manhã e tarde; Escola Municipal Rural São Francisco, 29/11 a 02/12, manhã e tarde; Escola Municipal Rural Francisco Xavier, 30/11 dispensa à tarde, 01/12 e 02/12, manhã e tarde; Escola Municipal Rural Lilian Viana, 30/11 a 01/12, manhã e tarde. A Presidente Ana Lucia pede para a Mônica colocar o que aconteceu nessas escolas, nesses dias, sobre a dificuldade de acesso. A Conselheira Mônica diz que são duas Escolas rurais e os acessos são bem limitados, sendo somente duas estradas que dão acesso, houve chuva por vários dias e teve abertura de repressa por conta da chuva, a Defesa Civil inclusive bloqueou os acessos, o ônibus escolar não passava, então foram dispensadas as aulas, pois seria perigosa qualquer tentativa de ir, as professoras ficaram nervosas e mandavam mensagens perguntadas para o sindicato como que iriam fazer, e foi falado que não era para se arriscar, pois estava extremamente perigoso a região próxima ao leito do rio, a Defesa Civil inclusive fechou porque alguns moradores ficavam tentando passar, várias pessoas perderam coisas da casa, as crianças contaram que foi bem difícil para a população, foi feito campanhas de arrecadação de roupas e alimentos, houve gente que perdeu tudo. A Presidente Ana Lucia lamenta o ocorrido e pergunta sobre essa situação que foi encaminhada se alguém foi contrário, e pede para o Luiz colocar no chat a votação sobre a reposição dessas Unidades que foram por atividades remotas, e reforça a colocação que como é calamidade, está garantido na legislação, na LDB. A Vice Presidente Miliana faz a contagem dos votos, 13 votos são favoráveis. A Presidente Ana Lucia segue para a próxima pauta que é sobre a reposição da Escola Castro Alves, em seguida lê: Comunicamos a esse Conselho que no dia 16 de novembro no período da manhã e da tarde a Escola Municipal Castro Alves dispensou as aulas, por motivo de falecimento de um estudante da Unidade. “Devido à proximidade do término do ano letivo, solicitamos que a aula desse dia fosse repostas com conteúdos.” Presidente Ana Lúcia

diz que foi uma situação bem triste e que houve uma comoção principalmente na região das dependências da Castro Alves, então foi dispensadas as aulas para que os professores, as crianças e as famílias pudessem comparecer no velório, foram duas crianças da mesma família, então a SEMED solicita que esse dia seja repostado com atividades remota. A Presidente Ana Lucia pede ao Conselheiro Luiz para colocar a votação no chat, na sequência a Vice Presidente Miliana faz a contagem dos votos, a solicitação é aprovada com 13 votos favoráveis. A Presidente Ana Lucia passa para o próximo item da pauta que é sobre a Conferência Municipal de Educação, então faz a leitura do ofício 1818/2022: “Considerando a declaração da OMS de 11 de Março de 2020, que considerou a disseminação comunitária da Covid-19 em todos os continentes e a caracterizou como pandemia, considerando o art. 5º da Lei 2.585 de 23 de junho de 2015 no qual dispõe que a execução do Plano Nacional de Educação e o cumprimento de suas metas seja objeto de monitoramento, contido de avaliações periódicas realizadas pela SEMED e pelo Conselho Municipal de Educação, considerando o art. 6º da lei 2.585 de 23 de junho de 2015 o qual prevê que o município por meio do Conselho Municipal de Educação promoverá a cada 2 anos a realização de Conferências Municipais de Educação em parceria com o Fórum Municipal de Educação, considerando que a lei nº 3.614 de 2020, determinou que excepcionalmente em virtude das medidas adotadas para o combate ao Covid-19, a Conferência Municipal de Educação seria realizada no ano de 2021, porém devido ao número de pessoas infectadas e o afastamento social, não foi possível a sua realização e considerando também a IV CONAI que envolveu muitos profissionais de Educação desde abril de 2022 e encerrando-se somente em 01/12/2022.” A Presidente Ana Lucia acrescenta que não foi colocado a questão dos profissionais, pois foi um ano atípico devido á muitas aposentadorias e pessoas que desistiram do seu cargo, não só do PSS, mas também de cargos efetivos, foi difícil essa organização da Conferência Municipal de Educação, até no próprio Conselho não havia quantidade de pessoas possível para fazer a Conferência, no ofício está solicitando: “Solicitamos a manifestação dos Senhores Conselheiros quanto a possibilidade de realização da Conferência Municipal de Educação no primeiro semestre de 2023.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues disse: “Quero conversar com o Secretário a possibilidade de contratação de uma pessoa que é especialista na questão de Plano Municipal, para que oriente o Fórum e oriente o Conselho e a gente faça a nossa avaliação do Plano Municipal de Educação, que também está encerrando, então foi colocada a possibilidade de que seja realizada no 1º semestre de 2023.” A Presidente Ana Lucia pede ao Conselheiro Luiz para colocar a votação no chat e acrescenta que não há tempo hábil agora para fazer esse trabalho, pois para fazer a Conferência é preciso fazer as pré- conferências antes, reunir os grupos, chamar os profissionais que serão os delegados eleitos dentro da Unidades para que participem das Conferências e depois fazer a Conferência Municipal de Educação, precisamos avaliar o nosso plano, até onde foi cumprido e onde precisa ser cumprido pelo Município e não é da Secretaria Municipal é da Educação Municipal como um todo. Precisamos fazer essa mobilização urgentemente no primeiro semestre até junho de 2023, não pode mais ser adiado, já foi colocado em setembro que iríamos encaminhar os ofícios para que as entidades já pudessem organizar os seus representantes, então vamos fazer isso, a gente já está com os ofícios prontos, vamos encaminhar e dar um prazo até fevereiro, precisamos organizar o fórum, reunir o fórum, tirar um coordenador de fórum e então já começar os trabalhos, a Secretaria, o Conselho e Fórum Municipal de Educação,

esse Fórum precisa ser permanente, a primeira organização que teve foi um Fórum temporário, precisamos fazer esse Fórum permanente e as pessoas que forem indicadas sair em Portaria ou Decreto, precisamos que seja regulamentado e colocado de forma correta, um dos responsável por isso é o Conselho. A Conselheira Raquel pede a palavra e inicia dizendo que: “Essa é uma excelente oportunidade para a gente aprimorar o que a gente tem falado nas últimas reuniões sobre a nossa comunicação e sobre a melhoria na Educação, então a gente sabe que muitas coisas acontecem de forma dinâmica na Educação, muitas coisas acontecendo ao mesmo tempo, então nós como Conselheiros, independente da votação é óbvio que a gente vai aprovar porque não temos o tempo hábil para fazer esse ano ainda, mas como Conselheiros a gente já tem a informação agora em dezembro de que vai haver a Conferência no primeiro semestre, então precisamos ir nos articulando com nossos pares porque é um evento muito importante para a Educação no Município, ir nos articulando e tomando ciência do que exatamente é a Conferência, a importância dela, nós temos responsabilidade enquanto Conselheiros de aprimorar para os nossos pares, nas nossas escolas, na nossa Unidade, para que todos tenham ciência da importância desse movimento para ir nos aprimorando a nossa participação para 2023.” A Conselheira Mônica faz a seguinte pergunta: “O Fórum de Educação fica para o primeiro semestre?” a Presidente Ana Lucia responde que : “Não, não é o Fórum, a gente vai fazer a organização do Fórum em fevereiro, o Fórum precisa ser criado em fevereiro, pois já era para ter sido criado, cada entidade vai indicar quem vai fazer parte, são duas pessoas, um titular e um suplente que irão fazer parte desse Fórum Municipal de Educação de São José dos Pinhais, é uma nova entidade realmente mas ela é junto com o Conselho e a Secretaria que organizam a Conferência, a Conferência precisa sair até Junho de 2023, então a gente precisa do Fórum e o que a gente irá fazer, a gente vai pegar todos os dados do IBGE que também está atrasado”, a Conselheira Mônica interrompe perguntando qual será o tema? A Presidente Ana Lucia responde que é sobre O Plano Municipal de Educação, avaliação do Plano Municipal de avaliação. A Conselheira Mônica pergunta quem decidiu esse tema? A Presidente Ana Lucia responde que isso está instituído em lei, é a lei 2.585 de 2015. Na sequência dá-se continuidade a votação com o tema: Transferência da Conferência Municipal de Educação, realização para o primeiro semestre de 2023. A Vice Presidente Miliana faz a contagem dos votos e todos estão de acordo, 13 votos. A Presidente Ana Lucia segue para o próximo item da pauta é sobre os horários das Unidades de Ensino, escolas. A Presidente lê o documento, Circular, que as Escolas receberam: “Ofício 290 da SEMED, às Escolas Municipais de Ensino Fundamental anos iniciais, Prezados Senhor Diretor (a), tendo o regimento como documento norteador da Unidade, reforçamos que o horário de funcionamento das Unidades Educacionais de Ensino Fundamental do Município deverá ser unificado a partir do ano letivo de 2023, das 07h30 as 11h30 período da manhã e das 13h as 17h no período da tarde, essa organização visa a qualidade no atendimento as famílias de estudantes e profissionais, contribuindo para a Educação no Município, excetuando nesse horário as Unidades Educacionais Rurais devido as suas especificidades.” A Presidente Ana Lucia acrescenta que as Escolas Municipais Rurais não seguem esse horário, tem um horário diferenciado pela questão do ônibus e da alimentação, e diz que colocou essa questão porque o Fábio do RH veio conversar e falou que muitos profissionais que estavam assumindo o PSS, acabavam desistindo devido a esse horário de almoço de uma hora, pois quem está vindo de Curitiba para

São José dos Pinhais, se ela sai 12h porque a escola integral é das 08h às 12h, e vai assumir 10 ou 15 para as 13h em São José dos Pinhais, não tem tempo hábil nem para almoçar, foram várias solicitações de profissionais colocando essa dificuldade de chegar e ter tempo hábil para almoçar, alguns diretores também se colocaram, a Queila até fez um questionamento para mim de que alguns diretores entraram em contato com ela falando dessa necessidade, pois teve profissionais com problemas para poder assumir pela questão do horário de almoço. A Conselheira Mônica pede a palavra: “Esse ofício chegou às Escolas, chegou para a gente no sindicato, e chegaram também as reclamações relativas à autonomia das Escolas sobre o funcionamento escolar, por exemplo, quando eu entrei trabalhar aqui no município, eu vinha trabalhar lá do Bairro Alto até na Borda do Campo de ônibus, eu levantava 05h30 da manhã para chegar 08h na Borda do Campo, se subtraísse 30 minutos da minha hora e tivesse que chegar lá 07h30, ficava inviável para mim. Teria que consultar a comunidade escolar, consultar não os professores, consultar a comunidade, esses pais, não dá uma normativa que diga, todo mundo vai começar as 07h30 e vai até 12h30 ou vai das 13h30 até as 17h30, dar essa possibilidade de escolha para a comunidade escolar, não pode ser ditatório, as pessoas tem o direito de escolher, direito de votar, porque cada lugar tem a sua especificidade, eu entendo que toda a escola é diferente, por exemplo, na zona rural nós estamos adaptados ao horário das 07h30 até 12h30 e do 12h30 até as 16h30, talvez o pessoal do PSS aumentasse uma hora e meia na hora do almoço, sei lá, aquela meia hora antes quando eu comecei a trabalhar, iria fazer muita falta para mim, eu penso que a autonomia da Escola é bem importante e necessária nesse aspecto, o sindicato já questionou, a Samia já conversou com o pessoal da SEMED, eu acho que uma normativa dessa alçada, em uma rede tão abrangente como a nossa, definindo um horário como esse, eu acho que é complicado.” A Presidente Ana Lucia lê uma colocação no chat da Conselheira Maria Madalena: “É verdade, muitos candidatos desistiram por esse motivo.” Na Sequência a Conselheira Ângela faz uma colocação dizendo que: “A gente tem um envolvimento como a Ana colocou ali no começo, do transporte da merenda, lembrando que nós atendemos também o transporte do Estado, muitas vezes nos fazemos o atendimento e a gente tem o alinhamento da Escola Municipal com a Estadual, a gente faz uma negociação entre eles para que tenha, 5 minutos, 10 minutos, para que a gente tenha esse ajuste e as crianças não fiquem muito tempo dentro do veículo, lembrando que a gente não tem condições de fazer a rota do Município e buscar o do Estado depois, e eu entendo a parte dos professores e profissionais em relação a isso, mas tem outras coisas que envolvem esse horário e não somente os profissionais das Unidades, então têm que pensar como um todo, e em tudo o que vai impactar, muitas Unidades da zona rural a merenda é feita dentro da unidade, mas tem muitas que recebem a alimentação pronta, isso também vai impactar na merenda, tudo isso tem que ser levado em consideração, no impacto que tudo isso vai acontecer, porque se cada um resolver fazer o horário que for bom para a Unidade pensando somente nos profissionais, vai impactar diretamente no transporte e na merenda, só queria deixar isso para que pense e só lembrando o transporte Municipal na grande maioria nós fazemos na zona rural, mas nós temos alguns atendimentos dos Especiais na zona urbana, o impacto é tanto na área rural quanto na urbana.” A Conselheira Queila pede a fala e traz uma questão levantada pelos Diretores dos CMEIs, dizendo que: “na Educação Infantil os CMEIs tem enfrentado dificuldade em relação aos horários de entrada as 07h, houve

uma sugestão para que trouxesse para o Conselho, acredito que vamos ter que fazer isso por escrito, para que os CMEIs também possa fazer um estudo para mudança de horário da Educação Infantil, conversando com colegas que trabalham em outros municípios próximos, muitos desses Municípios tem horário de entrada dos CMEIs as 07h30 por conta de toda essa questão de alimentação, distância, falta de servidores, falta de funcionários e a questão do revezamento de horários das Educadoras que fazem parte do quadro geral, o horário de funcionamento do CMEI no momento é das 07h as 18h, mas nós temos uma demanda, uma falta muito grande de servidores do quadro geral, que permite entrar esse horário e foi percebido que cada vez mais está diminuindo o número desses servidores, o horário de trabalho das professoras e dos PSS que estão sendo contratados é diferenciado, das 07h30 às 11h30 e das 13h as 17h, então esses colegas trouxeram essa demanda para também verificar a possibilidade da gente estar formalizando, estudando, para que o horário dos CMEIs seja das 07h30 da manhã até as 17h30 da tarde, para que consiga fazer algum ajuste, enfim, já está acontecendo em algumas Unidades, não formalizado, por conta de não ter servidor mesmo e a gente gostaria de saber se existe essa possibilidade de estar unificando, para que fosse para todos, até quem participou desse primeiro estudo foi a minha colega suplente Marilza, mas como ela está afastada, os colegas pediram para que eu trouxesse essa demanda, mesmo que a gente não defina nada hoje, que fique para um estudo e ver a possibilidade para o próximo ano, visto que, cada vez mais está diminuindo o número de servidores Educadores do quadro da Educação. Na sequência a Conselheira Izala faz um complemento sobre a fala da Ângela sobre a merenda, se posiciona que entende a questão da necessidade de cada Unidade e dos profissionais, mas se houvesse uma alteração, com certeza impactaria bastante em relação a alimentação, pois as rotas já estão com horários definidos, e impactaria na entrega da alimentação, principalmente das Unidades que recebem alimentação pronta. A conselheira Juliana se coloca entender também sobre a dificuldade na questão da alimentação, e destaca que no horário de almoço, não é só nas Escolas rurais, pois trabalha próximo ao centro na Escola Leonilda Trevisan, onde há muitos professores que se deslocam no horário de almoço de outras cidades, diz ser também uma questão de segurança, porque geralmente os professores se deslocam pelo contorno para chegar nas suas Escolas e questão de saúde também, porque esses professores não almoçam, comem lanche dentro do carro mesmo e muitas vezes pegam congestionamento, é um transtorno diário para esses professores, precisar ser estudado e não é uma coisa que se decide só em função da alimentação, precisa ser mais a fundo, pois um ano ou dois o professor pode levar assim, mas a longo tempo é bem desgastante e afirma que o horário de almoço precisa ter um estudo mais aprofundado. O Conselheiro Rodrigo faz uma colocação dizendo que a solicitação sobre a questão do horário foi bastante pensada e estudada, e pensando na questão dos profissionais ao todo, O Conselheiro Rodrigo dá um exemplo: “Um profissional saia da Unidade da área rural as 11h30 e 12h30 ele tinha que estar dentro da sala de uma Unidade lá na Borda do Campo, por exemplo, quanto tempo ele teve de almoço? Quanto tempo teve de deslocamento até essa Unidade? Teve Unidades que estavam entrando à tarde 12h30 na cidade, não na área rural, então que horas que essa criança almoçou? que horas se alimentou para ir, como que foi a organização dos pais, tem a questão da merenda e do transporte, realmente é bem delicado, então quando a gente colocou a questão de padronizar para as Unidades o mesmo horário, foi realmente pensando na comunidade escolar, pensando nos pais, nos alunos, nos

profissionais principalmente, porque teve muitos profissionais que procuraram a Diretora de departamento, a Cris, solicitando se não haveria um estudo sobre a possibilidade de mudar alguns horários, porque tinha Diretores, tinha pedagogos, que estavam ficando dentro das salas de aula de 12h30, 12h45, até o profissional chegar na Unidade, ali por volta de 1h, para que ele não perdesse esse profissional e pela falta de profissionais que a gente está.” Conselho Rodrigo diz entender todas as outras colocações, são muito bem vindas, só que precisa avaliar o que é o bom para toda a comunidade escolar de São José dos Pinhais. Algumas Unidades procuraram a Divisão de Estrutura, perguntando se no horário da tarde, poderia ser consultada a comunidade escolar para ao invés de começar 13h, começar as 12h45, mas depende a realidade da comunidade, então se todas as Unidades fizerem um horário padrão, de manhã das 07h30 as 12h30 e no período da tarde a comunidade que ver a real necessidade de trazer um pouco antes, terão que fazer uma reunião com a comunidade, com o Conselho escolar, fazer ata, encaminhar para a Divisão de Estrutura, encaminhar para o Conselho para aprovação, mas está sendo passada essas informações para quem está ligando, porque a maioria das Unidades aceitou, concordou e disseram ser uma boa idéia essa questão da padronização dos horários para a organização da vida de todo mundo. O Conselheiro Fábio Braun se coloca não estar de acordo com a questão de horário e na opinião dele o professor e a população que tem que se adaptar ao horário ou fazer uma consulta pública com a população da Escola, e se for para mudar pelo professor vai sempre existir essa briga, então diz não concordar em mudar o horário da escola para ajudar um professor que irá para outra Unidade, ou faz uma consulta pública com toda a população da Escolar para ver se aprova, pois o professor tem que se adaptar ao horário da Escola e caso não consiga se adaptar, verificar com a Prefeitura outra Unidade de Ensino. A Conselheira Raquel pede a palavra e comenta que precisa ter toda uma logística para que uma Escola funcione e a questão da autonomia da escola é relativa, pois precisa linkar com outros trabalhos e lembra que o Sistema de Ensino dá a diretriz para o melhor funcionamento da Educação, dando um olhar geral e quando estamos na Unidade, temos um olhar específico para o nosso trabalho, e lembra que a organicidade do sistema é indicada pelo gestor então é preciso se ater nisso também. A Presidente Ana Lucia lê as colocações no chat: “Conselheiro Afonso coloca, Bom dia, terá alguém para atender as crianças que vão ficar esperando até começar a aula? Concordo com a Ângela, o impacto vai ser grande.” A Conselheira Mônica coloca: “Seria interessante se fosse feita uma votação entre os funcionários em relação a esse aspecto, meu voto vai ser sempre em conformidade com o que a maioria quer, concordo com o Fábio, a autonomia da Escola e da comunidade deve ser ouvida, consultar a comunidade é essencial.” A Presidente Ana Lucia explica que essa questão a mais de um mês tem vindo para o Conselho, inclusive algumas pessoas questionavam se o Conselho iria votar sobre o funcionamento das escolas, mas não veio nada para o Conselho, pois a Secretaria que tem essa atribuição de determinar sobre os horários de funcionamento, não só pela questão dos funcionários, mas também pela questão de logística, quem administra todas essas questões é a mantenedora, ela pode determinar a questão do horário se vai começar das 13h às 17h, ou das 13h30 as 17h30. Essa discussão não é de hoje, já é antiga na rede. A Presidente Ana Lucia concorda com a SEMED, pois em alguns anos atrás cada Escola fazia o seu calendário e a SEMED não deu conta e foi trazido para o Conselho que era impossível administrar um calendário para cada unidade, mas a mantenedora tem essa atribuição de poder determinar o horário de

funcionamento, a Presidente Ana Lucia diz que: “Trouxe isso não para uma votação de que vai se mudar o horário, eu trouxe porque tem uma Unidade que a SEMED fez essa colocação de fazer essa alteração, e aí eu tenho que discordar Rodrigo de você, porque a Unidade veio e colocou: Nós determinamos aqui e trouxemos para o Conselho Escolar, que é a Escola Emílio de Menezes, e nós queremos que o funcionamento seja das 12h50 as 16h50 e que precisa da aprovação e que já foi aprovado pelo Conselho Escolar, e está solicitando ao Conselho então para que ela não cumpra o que a Secretaria determina, o Fábio até colocou também que se eu estou sendo contratado para trabalhar, precisa seguir o horário que está determinado, não sou eu que vou dizer que não quero trabalhar das 13h as 17h, quero trabalhar das 12h45 até as 16h45, entra em uma questão de administração pois são quase 120 Unidades em São José dos Pinhais e administrar a logística de tudo isso não é fácil, e aí Fábio eu tenho que colocar para você que eu tenho que pensar sim nos funcionários, pois se não houver um horário determinado para que as pessoas e não dá para colocar todo mundo no mesmo horário, pois a zona rural tem uma especificidade que é necessária até pela distância, questão do ônibus, alimentação, transporte dos próprios professores para poder chegar e muitas pessoas quando chegam no RH para a escolha de vagas, eles não querem ir para um lugar longe, tivemos um CMEI que estavam faltando 11 profissionais e se colocava vagas só para essa Unidade porque era a única que ninguém escolhia e assim mesmo era difícil das pessoas escolherem, precisa sim ser respeitado o horário de almoço, e pensando nesses profissionais que tem que dar esse tempo, porque além de almoçar a pessoa precisa ter o seu tempo para ir ao banheiro, escovar os dentes e nem sempre a Escola vai ter as pessoas que possam substituir, e pelo desconforto de estar dentro da sala de aula, gera um desconforto por nunca conseguir estar naquele horário que é o inicio das aulas e isso também tem que ser levado em conta, quando se determina um horário, é para regularizar e regulamentar essa questão dos horários que é necessário que seja respeitado, a SEMED tem essa atribuição, ela pode de terminar sim os horários e aí se tiver algo que seja muito específico em relação a essas mudanças e que vá prejudicar, aí sim ela pode entrar em negociação com a Secretaria da Educação, mas desrespeitar ou não querer cumprir os horários só porque quer entrar mais ou mais tarde. Assim como essa Unidade encaminhou aqui para nós, teve manifestações, as pessoas ligam para o Conselho e uma pessoa ligou dizendo que na verdade era só para poder sair mais cedo, a SEMED tem essa atribuição de regulamentar e regularizar, então fica muito difícil cada um funcionar em um horário, já pensou se a prefeitura abrisse para que a comunidade votasse que horas a Prefeitura vai funcionar, não vai conseguir atender a todos, então cada um tem que ter o seu horário e essa organização precisa ser da melhor forma possível para poder atender a comunidade.” O Conselheiro Fábio diz concordar com o que a Presidente Ana Lucia colocou, pois é um ponto difícil e no ponto de vista dele, precisa acabar com a questão de se trabalhar em vários lugares diferentes, não adianta querer abraçar tudo e ficar sem horário de almoço, a nossa cidade cresceu, o trânsito aumentou, então trabalhar em Curitiba e ter que chegar até aqui, vai ficar sem almoço, é complicado ajeitar isso aí, então a solução para a prefeitura resolver esse problema é colocar para trabalhar somente aqui e somente na mesma instituição, caso contrário se trabalhar lá em Borda do Campo e depois na área rural, vai ficar sem almoço, nesse ponto para a Prefeitura, a logística de entrega de mantimentos, transporte escolar, vai ficar complicado, então a solução para resolver esse problema do horário de almoço é não

colocar outra instituição, ficar somente naquela. A Presidente Ana Lucia lê as colocações no chat: “A Fátima coloca, acho que tem que ver a comunidade escolar toda, a comunidade escolar precisa ser ouvida e também a mantenedora. A Miliana coloca: tenho que sair as 10h30, pois tenho reunião com uma pedagoga. A Juliana também coloca: tenho que me ausentar, pois tenho consulta médica.” A Presidente comenta que precisa ler as colocações e quando a Vice Presidente Miliana sair o Luiz pode votar e a Juliana saindo não tem a suplência para votar, então dá seguimento dizendo que trouxe a questão para o Conselho ter ciência das alterações e que esse horário determinado pela SEMED está dentro das atribuições dela, e a questão colocada pela Conselheira Queila, como veio do regimento um documento da Educação dos profissionais, não do Departamento, mas dos profissionais de Educação Infantil, solicitando a alteração da data do regimento e tinha a manifestação de várias Unidades de Ensino, a Marilza está organizando isso e a gente vai aguardar que venha para estudo e a gente possa conversar essa questão da Educação Infantil e envolve outras questões em relação a isso, e essa determinação da SEMED sobre a questão dos horários, não quer dizer que no ano que vem, iniciando esse novo funcionamento, a gente avalie junto com a SEMED e vê como está essa questão, desde que não esteja prejudicando a questão da logística e nem os profissionais de Educação, tivemos vários profissionais não só do PSS mas também efetivos que pediram exoneração a Madalena está aqui para comprovar e o Fábio fez essa colocação de que era uma dificuldade muito grande para os profissionais que iriam assumir, pela distância e o problema do horário de almoço, não tem tempo hábil, porque começa 12h45 e tem Unidade que estava começando 12h30 e não era uma Unidade da zona rural, então porque essa necessidade de troca. A Conselheira Raquel faz uma colocação ratificando o que a Presidente Ana Lucia falou e diz que há históricos de profissionais que passaram mal porque tinham que fazer tudo isso em 45 minutos, mudando de uma Escola ou de um Município para outro e lembra que não existe Escola sem professor e sem aluno, obviamente, mas é muito bom considerar toda essa questão e dar uma valorização mínima que a gente pode dar para o professor e também para que a gente tenha professor nas Unidades, pois é o que está acontecendo em relação ao horário em muitas situações. A Presidente Ana Lúcia lê a colocação da Conselheira Maria Madalena no Chat: “É verdade tem servidores que não conseguem conciliar os horários e acabam desistindo.” A Presidente Ana Lucia complementa que quando o profissional desiste a Secretaria perde, e perde também a Unidade, muitos profissionais não escolheram vaga por achar distante, foram feitas várias chamadas, houve gente que não compareceu, gente que desistiu por causa de horário, teve gente que até escolheu a vaga depois chegou na hora e não assumiu, precisamos sim ter esse horário de almoço, não tem como fazer uma alteração e cada um ficar com um horário, isso mexe com a logística, a SEMED precisa determinar isso não por um capricho ou autoritarismo, mas porque envolve toda uma questão de organização de funcionamento. A Presidente Ana Lucia segue para a próxima pauta sobre os questionamentos da Conselheira Mônica, um deles era sobre a Conferência Municipal de Educação, Ana pergunta se pode ler ou a Mônica quer colocar, a Conselheira Mônica diz que pode se lido e complementa dizendo que são todas pautas trazidas pelo coletivo da Educação e são pautas relevantes e que os Conselheiros podem agregar e acha interessante colocar na última reunião e já fica como encaminhamento para o próximo ano, e pergunta também se será decidido o calendário para o próximo ano. A Presidente Ana Lucia faz a leitura do e-mail da

Conselheira Mônica encaminhado no dia 29/11, o primeiro questionamento é: “Os alunos de inclusão terão respeitado o seu direito ao professor de apoio no ano letivo de 2023? O que o Conselho fará para fiscalizar e garantir esse direito? 2- Como e quando será realizado o Plano de Recuperação de Estudos para 2023? Contará com a participação de todos os trabalhadores das Escolas? 3- O sindicato recebeu denúncia sobre a dificuldade por parte da administração, de obtenção de atas pelos servidores, quando os mesmos pedem cópias é orientado que seja realizada uma solicitação junto ao protocolo geral, o que dificulta a obtenção do documento que é um direito do servidor, haja vista que a ata é um documento público. 4- Quando e como será realizada a Conferência Municipal de Educação? 5- Possibilidade que as reuniões do Conselho sejam realizadas a noite para a ampla participação e para evitar que as escolas com os Conselheiros não liberados tenham as suas atividades prejudicadas por faltas.” A Conselheira Ana Lucia lê a colocação no chat da Conselheira Queila: “Devemos pensar que o território de São José dos Pinhais é bastante extenso, precisamos ter essa sensibilidade para juntamente com a SEMED chegarmos a um consenso que seja bom para todos e dentro de suas especificidades.” A Presidente Ana Lucia diz que sobre a primeira pergunta cabe muito mais para a SEMED e a Diretora do departamento não estava no momento para responder e sobre a segunda pergunta: “O que o Conselho fará para fiscalizar e garantir esse direito?” Presidente Ana Lucia responde que vai continuar acompanhado com tem sido feito e que primeiro precisa garantir que todas as Unidades sejam contempladas com o profissional que está faltando e depois partir para o profissional de apoio também, Ana pergunta se o Profissional de apoio é aquele que está tendo como agora. A Conselheira Mônica responde dando o exemplo do aluno autista, que legalmente ele tem direito a um profissional de apoio, mas ele recebe o atendimento de um estagiário que não tem experiência, ele não vai ter a dinâmica do atendimento apropriado para o aluno, em Araucária é garantido esse direito, o aluno autista tem o profissional habilitado para trabalhar e dar o apoio devido e muitas vezes o aluno autista não tem nem esse estagiário, e o que nos precisamos no município é que esse aluno de inclusão ele tenha garantido o acesso á um profissional de apoio, habilitado, que fique junto atendendo as necessidades desse aluno de inclusão. A Presidente Ana Lucia responde que nesse momento a principal fiscalização é nas Unidades que ainda estão sem profissionais e depois partir para essa questão, mas que vai fazer essa pergunta via ofício para trazer na primeira reunião. O Conselheiro Anderson faz um comentário a respeito dizendo que hoje tem uma Unidade, o CMEI Doce Aconchego que tem em torno de 30 crianças com laudo de autismo e diz ser responsabilidade também enquanto Conselheiros do estudo de como será aplicado isso dentro da rede pelo motivo de que hoje as salas têm algumas limitações por lei sobre a quantidade de crianças que podem estar dentro daquela sala, a partir do momento que entra um tutor a mais, talvez fosse tirado o direito de outra criança também estar dentro da sala, pois se a medida da sala cabem 20 crianças, e dessas, 3 são autistas, serão 3 tutores? Temos que trabalhar isso dentro do Conselho para não tirar o direito dos demais que estão dentro da sala, pois se tiver 3 tutores dentro da sala, diminui o número de crianças na sala e acaba aumentando a dificuldade nas matriculas. A presidente Ana Lucia lê o próximo questionamento: “Como e quando será realizado o Plano de recuperação de Estudos para 2023? Contará com a participação de todos os trabalhadores das Escolas?” A Presidente Ana Lucia pergunta para a Raquel se ela consegue responder. A Conselheira Raquel diz que nesse momento não consegue

responder com detalhes, como foi delimitado no Plano, que o documento foi para este ano, mas o Fundamental tem todo o olhar para a situação do ano que vem, mas no momento não consegue dar detalhes, mas isso estará na primeira reunião do Conselho de 2023. A Presidente Ana Lucia pergunta para a Conselheira Mônica se a pergunta se refere à participação de todos no trabalho ou na organização? A Conselheira Mônica responde que em tudo, no trabalho, na organização, no desenvolvimento e que não quer trabalho pronto chegando na Escola a toque de caixa. A Conselheira Raquel responde que a colocação dela sobre o desejo dessa participação, cabe para a SEMED e que como representante do Fundamental ela tem levado nas reuniões, a Diretora está sabendo e esse delineamento inicial, a parte pedagógica de como vai ser, fica mesmo para a primeira reunião do ano letivo de 2023, ressaltando que o plano emergencial foi focado em 2022, mas quando foi feito, já era com um olhar de como essa criança estará em 2023, mas que iria levar para o Departamento a questão colocada pela Conselheira Mônica e que com certeza será aprimorado com a participação democrática de todos. A Presidente Ana Lucia complementa que quando começou os questionamentos, foi colocado para a Diretora de Departamento que pensando na organização de um Plano como esse, trazer uma representação do professor da Unidade para que ele participe, além do Pedagogo ou do Diretor e que façam repasses aos colegas e apresente como vai ser e participe, a Diretora recebeu bem isso. A Presidente Ana Lucia diz para a Conselheira Mônica que anotou essa situação para oficializar e também as colocações feitas aqui no Conselho. Na seqüência segue para o próximo questionamento referente às denúncias que o sindicato tinha recebido sobre a dificuldade na obtenção de atas pelos servidores, pois quando solicitado é orientado que seja realizada uma solicitação junto ao protocolo geral. A Presidente Ana Lucia responde que é geral na Prefeitura essa prática e teria que ver com a prefeitura, pois ela tem essa orientação de que tem que vim no protocolo geral, para depois vim para a Unidade, mas a prefeitura não nega, ela só pede para seguir um trâmite, porque precisa ter o registro de que foi pedida essa ata e seria até uma garantia para o próprio funcionário de que solicitou essa ata. A Conselheira Mônica interrompe dizendo que tudo bem e explica que enquanto sindicato era queria saber qual o posicionamento do Conselho, e pergunta então se o posicionamento é que seria esse o trâmite legal estabelecido pela Prefeitura. A Presidente Ana Lucia responde que sim, estabelecido pela Prefeitura. A Conselheira Mônica disse que então seria visto se isso cabe judicialmente. A Presidente Ana Lucia responde que isso foi o que a Prefeitura colocou para nós. A Conselheira Mônica diz que queria um posicionamento do Conselho porque será questionado via judicial, porque a ata é um livro público e o que tem havido no Município é uma dificuldade do documento físico na mão do servidor, e que não entende porque tanta burocratização para um documento que é publico. A Presidente Ana Lucia responde que pode ser feito o questionamento aos órgãos, tanto para a Secretaria e encaminhar também para a PGM essa dificuldade. A Conselheira Mônica concorda e diz que não tem porque burocratizar um movimento que deveria ser natural, então por que não pode manter uma fotocópia do documento ao qual você foi citado, foi registrada a sua fala, e acha importante entender juridicamente qual seria a justificativa. O conselheiro Luiz expõe duas situações em relação à ata, 1º sobre a posição do Conselho, não é alçada do Conselho definir como que funciona o processo de protocolo dentro da prefeitura, pode ser feito uma solicitação de orientação junto a PGM. 2º a Questão de atas, teria que verificar qual o teor dessa ata, pois se pode ser usado judicialmente, é obvio que

ninguém vai liberar uma ata, sem uma solicitação de protocolo vindo da Prefeitura, pois muitas das vezes há processos com menores de idade, e deve seguir com sigilo de justiça, então precisa verificar qual o teor e qual a posição, por isso que o entendimento da PGM sempre foi que: “Qualquer documento que esteja sobre poder da Prefeitura deve ser retirado por meio de protocolo.” É público, pode ter acesso, mas deve ser seguido os meios legais para ter esses registros. Porque isso também vai garantir a lisura do processo, pois não tem como apresentar qualquer prova cabível dentro do processo que não seja de uma forma oficial, estamos dentro de um órgão público, existe um processo legal para ser cumprido, não cabe dizer se concorda ou não concorda. Enquanto Conselheiros respondemos solidariamente com o nosso CPF, sobre todas as ações que falamos ou deixamos de falar, que fazemos e que deixamos de fazer, que votamos ou deixamos de votar, o Conselho não tem a autonomia de decidir se vai entregar a ata ou não, ele pode fazer uma solicitação para PGM para que nos responda o porquê de todo esse protocolo, o Conselho não precisa se posicionar em relação a isso, pois é um posicionamento do Executivo, não precisamos deliberar sobre isso. A Conselheira Mônica responde que não pediu uma deliberação e sim um questionamento, um esclarecimento, e que ficou satisfeita pelo esclarecimento, pois não tinha visto por esse viés da forma legal. A Presidente Ana Lucia pergunta a Conselheira Mônica se ela quer que seja feito um ofício solicitando qual seria o trâmite legal? A Conselheira Mônica responde que a fala do Conselheiro Luiz, sobre a forma legal, deveria ser escrita para ficar bem esclarecido para quem reclamou e também para ter um subsidio para a resposta. A Conselheira Raquel diz concordar com o Luiz e com a Mônica, pois é importante esclarecer as dúvidas e ter uma resposta oficial, pois como Conselheiros, precisamos informar às pessoas que pedem, é importante ter uma segurança na resposta e ter uma resposta oficial para poder informar com mais detalhes. A Presidente Ana Lucia retoma perguntando sobre o questionamento da Conselheira Mônica e sobre a fala do Conselheiro Luiz. O Conselheiro Luiz responde que o que a Conselheira Mônica está sugerindo não é uma posição e sim que o Conselho questione ao executivo sobre quais são os procedimentos para obtenção das documentações das Unidades, sejam atas ou qualquer outro documento, e pede para colocar de uma forma geral que já fica respondido outras dúvidas que vierem surgir. A Presidente Ana Lucia então atualiza a pergunta: “Qual é o tramite legal para pedidos desses documentos, seja ata ou outro documento. A Conselheira Mônica pede para colocar também qual a justificativa. A Presidente Ana Lucia faz a anotação incluindo a justificativa, então segue para o próximo questionamento: “Possibilidade que as reuniões do Conselho sejam realizadas a noite, para garantir a ampla participação e evitar que as Escolas com os Conselheiros não liberados tenham as suas atividades prejudicadas por falta”. A Presidente coloca que nenhum gestor pode prejudicar um servidor, pois está na Lei e o Conselheiro está trabalhando a serviço da educação. A Presidente Ana Lucia pede para que a Conselheira Mônica faça as colocações quando houver dificuldade, para poder alterar os horários dessas reuniões. A Conselheira Mônica Coloca que a Diretora ligou para a SEMED e foi informado que como o trabalho dela é voluntário, ela não pode ter horas em haver, ela já perdeu mais de 24 horas, também coloca que tem que ficar no sábado e domingo fazendo planejamento, pois trabalha com apoio pedagógico então ela faz muito jogos e que precisa ficar montando. A Presidente Ana Lucia diz que vai conversar a respeito, se ela permitir, e que também nada impede dela alternar com a suplente uma reunião ou outra, mas afirma que vai conversar

sobre essa questão. A presidente afirmar que sobre o horário da noite, o Conselho já teve essa experiência e não teve quórum. A Conselheira Mônica pede para se possível deixar as Reuniões Ordinárias na parte da manhã, pois quando é a tarde, ela precisa pagar diária para a filha (Estela) na escola particular. A Presidente Ana Lucia responde que quando for fazer o calendário, irá ver a melhor forma possível e que foi colocado algumas reuniões a tarde porque alguns Conselheiros não podiam participar pela manhã, e cita o exemplo do Conselheiro Fábio, que é da representação dos pais, como ele trabalha a noite, fica bem difícil para participar. A Presidente então segue para a próxima colocação que é sobre o calendário de reuniões e coloca que a noite, fica bem difícil, pois geralmente não dá quórum, mas a lei permite dispensa no horário de trabalho, então o funcionário não pode ser prejudicado, e não pode perder a permanência como a Conselheira Mônica colocou, então pede para a mesma enviar no e-mail do Conselho, todas as horas que já perdeu, pois irá conversar a respeito com a Diretora e com a SEMED e se mais alguém estiver com problemas sobre a questão, pode colocar para o Conselho também. A Presidente Ana Lucia então faz uma colocação que não está na pauta, sobre as Escolas Particulares, onde no dia 03 de novembro foi feita a colocação e que no Parecer do Conselho Nacional de 2018 diz que não tendo 6 anos até o dia 31 de março elas poderiam seguir para o 1º ano, porque elas estava matriculadas, conforme diz o Parecer do Conselho Nacional de Educação e o nosso próprio Parecer, mas saiu outro Parecer em 2019 dizendo que seria somente para crianças que estivessem matriculadas na pré escola, só que não tinha sido homologado pelo Ministro, e agora no mês de setembro foi homologado, e nós temos a situação de 4 crianças que falamos para as famílias que não teria condições, e pasmem, as crianças nasceram em 2019, e as famílias estão insistindo para que elas possam prosseguir, então, a Presidente Ana Lucia diz que trouxe isso para o Conselho porque as famílias estão insistindo, indo em vereador, e vindo até o Conselho, explica que não pode, então dizem que vão no Ministério Público, que vão mover ação contra a secretária, e contra a Escola, então a Presidente Ana Lucia deixa registrado que essas crianças não tem condições, porque a legislação não permite, pois o Parecer é de 2018 e a criança nasceu em 2019, ela nem estava matriculada, nem na creche, só para deixar registrado e não expor o nome das crianças aqui, é uma criança menina do Pequeno Polegar, da família Aguiar, outra da Escola Estrela Guia Costeira, da família Fernandes, são duas meninas, a Escola Semeando o Futuro tem duas crianças que teriam o direito de seguir para o 1º ano, mas elas não tem condições, tem os laudos, a família e a Escola estão solicitando que as crianças permaneçam, pois são alunos de inclusão, são da Escola Semeando o Futuro, uma da Família Fozili e outra da Família Moura, em complemento a isso, como agora foi homologado o Parecer do Conselho Nacional, a Presidente Ana Lucia diz que conversou com o Rodrigo Cardoso e pensa na necessidade de colocar a alteração no Parecer, pois no Parecer do Conselho esta justamente como o do Conselho Nacional, a gente deu o direito de prosseguir para o 1º ano até quem completasse 6 anos até 31 de março, e as que estivessem matriculadas anterior ao parecer, poderiam prosseguir, mas agora como foi homologado o Parecer do Conselho Nacional dizendo que é somente as crianças do Pré I e Pré II, precisamos alterar o nosso. A Presidente Ana Lucia pede para o Conselheiro Luiz colocar o Parecer na tela e mostrar a alteração proposta, o relator já aprovou, foi apresentado na Câmara de Educação e todos aprovaram, a Presidente Ana Lucia diz que precisa da aprovação do Conselho para fazer a alteração, tirando a palavra creche, e ficando somente pré

escola, em respeito à legislação do Conselho Nacional de Educação. A presidente Ana Lucia Rodrigues pede para que o Luiz coloque a votação no chat. O Conselheiro Luiz pergunta: "Ana com quantos segmentos nós estamos?". A Presidente Ana Lucia faz a conferência e estão presentes 11 segmentos. O Conselheiro Luiz coloca a votação referente à alteração do Parecer 02/2018, conforme o Parecer 07/2019 do Conselho Nacional de Educação, que foi homologado somente agora em 2022. Na sequência todos aprovam a alteração. A Presidente Ana Lucia segue para a próxima pauta sobre o calendário de 2023, e coloca que esse ano (2022) foi mantido as Reuniões Ordinárias nas quintas feiras, as reuniões sobre documentações, análises de processos a gente sempre coloca a melhor data possível de organização aqui dentro do Conselho, mas também encaminhamos aos Conselheiros, a Presidente Ana Lucia pergunta se vai manter a primeira semana do mês, o dia da semana e o período/ turno do dia, e indaga se tem alguém contrário de se manter a primeira semana do mês, ninguém discorda. A Presidente Ana Lucia pergunta sobre o dia da semana, se tem alguém contrario que seja nas quintas feiras ou tem outra sugestão? Todos concordam nas quintas feiras, A Presidente pergunta sobre o período, manhã ou tarde, e pede para o Luiz colocar no chat a votação, na conferência dos votos, houve 4 abstenções, 4 voto tarde e 3 votos manhã , A presidente Ana Lucia então sugere que seja votado novamente nas opções: 1- tarde ou 2- alternado, faz se a conferência e a maioria decide que seja em horários alternados. Então fica decidido que no inicio do ano será retomado para a Câmara também, pois as Reuniões da Câmara são todas terças e quintas pela manhã. A Presidente Ana Lucia segue para as correspondências e coloca que o Sindicato encaminhou no dia 07 de dezembro e chegou no dia 08, um ofício sobre a troca da data da escolha dos representantes do segmento dos professores, já foi colocado para o Conselho, então ela irá responder conforme todos já sabem. A Presidente Ana Lucia informa que o Luiz Stocco encaminhou um ofício dizendo que havia cancelado a reinauguração, mas eles mantiveram a reposição no sábado com amostra pedagógica, eles cumpriram o que precisavam para o calendário ficar de acordo com os 200 dias letivos e fizeram esse comunicado para nós. A Presidente Ana Lucia comenta sobre a Portaria 465/2022 da Saúde, que saiu no dia 07 de dezembro, recomendando o uso de máscaras, devido ao aumento dos casos de Covid, inclusive nas Unidades de Ensino. A Próxima colocação é sobre a edição do dia 13 de dezembro do Diário Oficial, a qual saiu o Decreto 5.117 de 12 de dezembro de 2022, alterando o Departamento de Inclusão e Educação Especial, conforme foi votado e abriu a Divisão de Atendimento as Necessidades Educacionais Especiais, e o Decreto 5.118, saiu os novos membros do CAI, os membros que farão representação do CAI com gestão de 2022 a 2026. A Presidente Ana Lucia coloca uma última questão sobre a reunião do dia 03 de novembro, onde foi escolhidos 2 membros para o Conselho do FUNDEB e naquela data ficou a Marilza titular e a Clicie suplente, nós participamos do Encontro Nacional e um dos palestrantes que estava lá falou da questão do representante não ser gestor de contrato, porque ele é um fiscalizador, então ele não pode fazer parte do Conselho se ele for gestor de contrato, conversou com a Clicie que afirmou que sim, ela é gestora de contrato, e disse que não teria problema em fazer a troca de suplente, a Presidente Ana Lucia afirma que fez essa pergunta para o Coordenador do FUNDEB na Reunião do Conselho Nacional do FUNDEB, e o mesmo respondeu que a Lei não impede, mas é recomendado que não, pois se cai no contrato onde esse Conselheiro é Gestor, como que ele mesmo irá fazer a fiscalização e responder por isso. A Conselheira Angela pede para falar e coloca que

participou de um curso na semana passada com o Tribunal de Contas, e foi falado sobre a segregação de funções, e essa questão do Servidor não poder participar porque é gestor ou fiscal de contrato, é praticamente impossível dentro da Educação, por que temos muitos contratos, o que devemos ter cuidado é para que a pessoa que estiver lá não faça a votação ou a fiscalização ou coisa do gênero, porque se colocar que não deve participar do Conselho por essa situação, vai ficar complicado ter participantes, e o Tribunal colocou em relação a isso, que se deve evitar, mas eles sabem que isso seria o ideal, mas não é o que vivemos hoje até pela falta de servidores na parte administrativa, e que não é exclusividade do agente administrativo, temos gestores também na parte pedagógica, então acha complicado restringir por esse motivo, pois tem muitos Conselhos fiscalizadores e faltaria pessoas para participar, então coloca que de sua parte na vê problemas, e reforça que o Tribunal de contas colocou que não há proibição em relação a isso e que eles tem noção que muitas vezes isso é impossível de acontecer. A Presidente Ana Lucia retoma a fala e diz que no Conselho Municipal de Educação não há impedimentos, mas no Conselho do FUNDEB foi feita alteração e em 2023 vai ser revisitada, vai ser feita a revisão da legislação, o único impedimento é que esse gestor de contrato não pode assumir a Presidência. A Presidente Ana Lucia diz que trouxe essa colocação porque no Encontro foi falado que havia esse impedimento, verificou na lei e não encontrou e perguntou para o Coordenador do FUNDEB e o mesmo respondeu que é somente recomendado, então podemos manter a Clície ou colocamos outra pessoa, e ninguém pode ser reconduzido no Conselho do FUNDEB. A Conselheira Mônica pergunta se para ser Conselheira no FUNDEB precisa ser um Conselheiro do Conselho Municipal de Educação, A Presidente Ana Lucia responde que sim, exatamente, pois é a representação do Conselho Municipal. A Conselheira Mônica diz que não tem nenhuma participação em gestão de contrato, e se a Clície não estiver apta, ela pode participar. A Presidente Ana Lucia coloca novamente que no dia 24 de novembro, ela e as Conselheiras: Madalena, Miliana e Marilza escutaram no Encontro em que um dos palestrantes disse que não podia, então trouxemos esse questionamento, e fizemos a verificação, e não é proibido, é recomendado, conversei com a Clície, e a eleição vale o que foi eleito no dia 03 de novembro, que foram a Marilza e a Clície, e repete novamente que trouxe a questão para o Conselho porque ficaram de verificar mais profundamente se havia ou não impedimento e foi constatado que não é proibido e sim recomendado, era só para deixar registrado em ata que a gente mantém essa eleição porque não tem impedimento para que ela continue como representante do Conselho Municipal do FUNDEB. O Conselheiro Luiz pede para fazer duas considerações para ficar registrado em ata, uma sobre a fala da Ângela as 09:05 da manhã referente aos envios de documentos que chegam ao Conselho, para que sejam encaminhadas para os Conselheiros antes das votações e afirma que foi trazido na reunião anterior, e que será feito. A Presidente Ana Lucia coloca que isso está sendo feito e só não é feito quando chega na hora da reunião ou um dia antes da reunião, aí não tem como fazer mesmo. O Conselheiro Luiz pondera que os documentos ficam a disposição no Conselho para análise, e coloca outra consideração a respeito do questionamento da Mônica em relação ao sindicato onde questiona se os questionamentos dela são válidos somente com o ofício do sindicato, então como a representação dela é o sindicato, acredita que todos os questionamentos devem vir por meio de ofício. A Presidente Ana Lucia diz que a Mônica questionou porque ela havia colocado no grupo que o sindicato estava encaminhando um documento,

solicitando a alteração da data e esse documento não chegou. A Conselheira Mônica pergunta: “Toda vez que eu tiver uma proposição para fazer ao grupo, é só via sindicato?” A Presidente Ana Lucia responde você encaminhou agora aquelas pautas, não veio via sindicato, são questionamentos que você fez e a gente colocou, sem problema nenhum, porque veio antes, mas se tiver algo que você cita que no Sindicato chegou, e depende qual for o assunto, provavelmente sim, mas esse era algo muito abrangente e pedia uma mudança e você citou que esse documento já tinha saído, então, tivemos que aguardar o documento, a Presidente Ana Lucia reforça que já disse para a Sâmia também e que pode fazer via Prefeitura, mas não tem problema enviar no e-mail do Conselho, que vai ser considerado também, e ela já fez isso. A Conselheira Mônica coloca que foi mandado par o e-mail quando ela pediu a lista das candidatas, a Presidente Ana Lucia diz que foi respondido que elas só teriam as lista das candidatas depois das 16h, isso estava também no nosso edital. A Conselheira Mônica diz que para ela não foi respondido. A Presidente Ana Lucia pede desculpas se não foi respondido e diz que não foi proposital, mas que está no edital, e que realmente ela recebe muitas mensagens e algumas não consegue responder a tempo, pede desculpas novamente e que vai responder e ficar mais atenta para essa questão, mas estava na Comissão e estava também no edital que a lista só sairia depois das 16h. A Conselheira Raquel pede a fala e anuncia a todos que está saindo do Conselho e essa era a última participação na reunião e que essa situação ela já vinha conversando com a Ana, e que estava esperando ter uma melhor implementação de pessoas no Conselho para auxiliar a Ana e também já havia essa proposição de troca de departamento para o ano que vem, então como não está mais representando o departamento de Ensino Fundamental a partir de 2023, então encerra a sua contribuição também como Conselheira, e diz que foi um imenso prazer estar participando e contribuindo com a Educação do Município a partir do olhar de Conselheira, mas continua na SEMED e contribuindo com a Educação no ano que vem em outro Departamento, agradece a Ana e ao Luiz pela oportunidade que teve de trabalhar juntos e também aos demais Conselheiros e afirma que quando a Ana diz que tem muito trabalho, tem mesmo, então para além da nossa participação na reunião, sempre se colocar a disposição e se expor para ajudar são sempre muito bem vindos, agradece novamente e acredita que é uma oportunidade muito importante poder fazer essas alterações, na medida do possível e dentro da lei. Raquel se coloca a disposição na Secretaria para qualquer coisa que esteja ao seu alcance. A Presidente Ana Lucia também agradece a participação da Raquel, e diz que ela foi uma Vice presidente muito parceira e nas ausências que teve, Raquel e Luiz assumiram, teve problemas de divergências quando estava em viagem de compromisso, eles assumiram e conseguiram resolver as situações, até mandaram mensagens, eu oriento, mas eles que resolveram da melhor forma possível, a Presidente Ana Lucia coloca que quando ela não está presente, tem pessoas que podem assumir e em vários momentos a Raquel e o Luiz fizeram isso, e depois da troca da Vice presidência, os dois momentos que estava ausente, a Miliana estava com ela também, e o Luiz assumiu sem grandes problemas, agradeço a Raquel por todos os dias ela vim ao Conselho e perguntar se precisava de algo, se estava tranquilo, largava o serviço e vinha nos auxiliar, Ana espera que em outro momento ela possa voltar. O Conselheiro Anderson pede para falar e diz que desde a primeira reunião do Conselho, ele sempre colocou que seria um estudo para ele, onde estaria aprendendo e só tem a agradecera cada discussão e a cada situação nova, Anderson

coloca que muitas vezes o Conselho parece ser presente somente nesta reunião e temos que colocar em mente que o Conselho é diário, todos os dias quando temos qualquer dúvida ou situação pendente, o Conselho fica aqui na Secretaria de Educação, temos total liberdade para chegar e todas as vezes que eu precisei de auxílio a Ana estava com as portas abertas para tirar dúvidas tanto do Conselho quanto outras, a questão de documentos, quando nós estamos aqui representando a Divisão de Estrutura, RH, é necessário realmente um documento, tanto que algumas situações do Centro de recreação, sempre foram direcionadas um documento da Divisão de Estrutura, por mais que fosse algo que eu estivesse atrás, também lembrando que esses documentos vão para estudo das Câmaras. Conselheiro Anderson diz que apesar de algumas falas dizendo que a Presidente Ana Lucia era uma vergonha para São José, eu penso totalmente ao contrário, Eu acho que são poucas pessoas que conseguem levar o nome de São José dos Pinhais até Brasília, muito bem representando, enquanto muitas pessoas só conseguem levar através de what's app o nome de São José, então agradece e diz ter certeza que na questão de Educação e como ser humano, ele tem levado muitas coisas para casa e para a família e agradece por toda essa participação dela na vida pedagógica e também agradece a todos e deseja um 2023, muito abençoado. A presidente Ana Lucia agradece e na sequência concede a fala para a Conselheira Ângela. A Conselheira Ângela coloca a situação de que essas reuniões on-line foram uma das melhores coisas que aconteceu, porque não temos o período de estar dependendo do Conselho para fazermos alguma coisa que tem necessidade no trabalho, só que a reunião torna-se cansativa quando não tem o respeito de um esperar o outro falar ou concluir o seu pensamento ou até uma explicação, então as interferências no meio dessas conversas acaba tornando a reunião cansativa e longa, às vezes pode esperar para ter a explicação da pessoa e assim não ter o questionamento posterior, então como Conselheira, nós estamos a 4 horas aqui na reunião e em alguns momentos perdeu se muito tempo com essas discussões que não houve a paciência de escutar, então só queria que houvesse esse respeito de ter o questionamento e esperar a explicação do próximo, para então pedir a palavra novamente, e não ficar muito tempo no mesmo assunto, e agradece a possibilidade que a Ana abriu de ter essas reuniões on-line. A Presidente Ana Lucia agradece e coloca que a questão das reuniões on-line, foram colocadas porque agora no final do ano está bem tumultuado e também a questão de que na Portaria da saúde, consta a recomendação de não fazer aglomeração de pessoas, A Presidente Ana Lucia diz que para o inicio do ano ainda iria manter, mas não pode deixar de fazer as reuniões presenciais, pois tem uma cobrança do segmento da Prefeita e que ela cobra para fazer a reunião presencial também, mas isso é uma decisão do Conselho e não uma decisão só da dela, e que teve muitos pedidos para fazer a reunião agora no final de ano de forma on-line, e concorda com a Ângela que algumas vezes a gente ainda está respondendo e não termina de responder ou as vezes já respondeu e outra pessoa interfere e começa a falar, precisamos sim dessa organização, por isso que a gente entra na questão da exigência e lembra que existe uma ordem de fala, para não prolongar demais essa reunião. A Presidente sugere também que seja feito um almoço de confraternização no final do ano, entregar uma lembrancinha, podemos marcar a semana que vem, e reunião esse ano, encerramos por aqui. A Presidente Ana Lucia agradece a todos e diz que as divergências acontecem para depois poder entrar num acordo, elas fazem partem e isso não é um problema, desde que venha sempre com respeito, os debates estão aí e o Conselho é

para isso também, agradece novamente a todos e deseja um 2023, muito melhor que 2022, em seguida a 10º reunião Ordinária do Conselho Municipal de Educação é encerrada.

Em tempo, os Conselheiros que saíram antecipadamente da reunião foram: Miliana de Cássia Soares saiu as 10h30; Juliana Grebe Rosa Ferraz saiu as 10h40; Queila Cristina I. B. Martins saiu as 11h15; Stela Regina G. Wontroba saiu as 11h10; Fabio Braun saiu as 11h36.

Eu, Valdinéia Santos de Lima encerro esta Ata que será assinada por mim, pelo Secretário Geral, Luiz Carlos Costa da Silva e pela Presidente Ana Lucia Rodrigues.